

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 2008.**

**(Do Senhor Marcelo Serafim)**

*Solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, acerca do uso de aparelhos “Guardiões”, de escuta telefônicas, no estado do Amazonas.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Ministro da Justiça, Tarso Genro, no âmbito da Polícia Federal, nos seguintes termos:

1. É procedente a informação de que existem escutas ilegais por meio do equipamento conhecido como “Guardião” no estado do Amazonas? Se afirmativo, quais os procedimentos estão sendo – ou poderão ser – adotados para que sejam identificados todos os aparelhos “Guardiões” existentes em todo o estado do Amazonas?
2. Os aparelhos foi adquiridos legalmente? Se foram, foram para executar serviços policiais? Eles foram – ou serão – submetidos a uma auditoria para verificar quais as escutas autorizadas pela Justiça e quais foram feitas pelo livre arbítrio de autoridades?
3. Se se tratar de “guardiões” de origem ilegal e, por essa via, inseridos em espúrios trabalhos de inteligência, há – ou haverá – da parte desse órgão um procedimento de rigorosa blitz para



DA09699F57

localizá-los e de pronto enquadrar os portadores dos aparelhos, em funcionamento torpe e inconstitucional?

## JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira tem manifestado uma preocupação com a maneira descoordenada com que as escutas telefônicas têm sido feitas. O Brasil inteiro está a alguns dias discutindo o tema. Ele acabou ficando mais acalorado quando a Revista Veja publicou conversas telefônicas entre o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, e o senador Demóstenes Torres.

Não podemos contestar a utilidade das escutas telefônicas como instrumento de investigação. Elas têm sido legítimas e, em muitos casos, eficazes. No estado do Amazonas, por exemplo, operações da Polícia Federal, como a Albatroz, deflagrada em 2004, e, mais recentemente, a Vorax, tem sido frutuosas graças às escutas telefônicas; resalte-se, porém, que tais escutas foram devidamente autorizadas pela justiça.

Ademais, é preciso urgentemente adotar medidas para evitar que as escutas telefônicas sejam feitas sem controle e, sobretudo, de forma ilegal. Essa é a discussão.

Os fatos apresentados dão conta de que líderes da Oposição, o Presidente do Congresso Nacional e o Presidente da Suprema Corte de um país democrático são espionados. Uma República em que a máquina de espionagem, fora de controle como está, espiona chefes dos poderes constituídos indica, entre outras coisas, um perigoso estado de anomia, quebra de autoridade e de governo.

No Estado do Amazonas, a indústria da escuta ilegal está sendo alimentada vorazmente. E para quê? Para cooptar, chantagear, ameaçar, coagir, perserguir, etc. As gravações estão sendo feitas por um equipamento chamado “Guardião”. E, ao que consta, o “Guardião” somente pode ser usado com a



DA09699F57

devida autorização da justiça.

Mas, não tem sido. No caso revelado por Veja, por exemplo. Ali veladamente o grampo existiu. Isso não se discute. Mas, quem mandou executar a escuta ilegal? Eis a resposta que, dificilmente, será dada de forma verdadeira. Versões para desviar o foco da verdade não faltarão. Na reunião do presidente Lula com senadores, o General Jorge Félix especulou três hipóteses de responsabilidade do grampo: agentes da Abin; um sistema instalado no Senado; ou o banqueiro Daniel Dantas que, segundo o General, estaria tentando desmoralizar a ação da PF e da Abin na Operação Satyagraha.

E assim caminha o humanidade. Sem um resposta clara. Por isso, solicitamos que seja invetigado tudo. A Polícia Federal precisa levantar todas as escutas telefônicas. As legais e as ilegais.

Não podemos tolerar essa prática. Vamos acabar com essa praga das escutas ilegais. Por isso, solicitamos à Polícia Federal que verifique essa informação com a devida urgência, para que todos esses equipamentos sejam fiscalizados e punidos os culpados.

**Sala das Sessões, em                      de                      de 2008.**

**Deputado Marcelo Serafim**

**PSB/AM**



DA09699F57